





Chegando ao final do primeiro ano de meu mandato na Câmara dos Deputados, reafirmo os compromissos que me trouxeram a esta Casa e que são frutos da minha trajetória de militância por justiça socioambiental.

Quero tratar dos desafios que o Brasil tem pela frente. E só é possível tratar destes desafios com seriedade, ousadia e, ao mesmo tempo, com serenidade, se compreendermos a trajetória que nos trouxe até aqui, pois é no contexto histórico que encontramos o sentido de nossa posição e de nossa ação.

Assim, quero ressaltar que nosso contexto é fruto de muitas lutas que a sociedade brasileira travou pela conquista de direitos. Participei de muitas delas, desde a chegada em São Paulo, com minha família, no final dos anos 70.

Na minha formação, foi fundamental a participação inicial nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. As CEBS tiveram papel importante na organização dos setores populares nas zonas rurais e nas periferias dos grandes centros urbanos.

Foi ali que iniciei minha militância política, nos movimentos sociais em defesa da saúde, educação, moradia, transporte, cultura, meio ambiente, direitos humanos, dentre outros. Atuei também no

movimento estudantil, um dos pilares da luta pela democratização. Lutas por direitos e liberdade.

Para os mais jovens, vale lembrar que, naquele momento, o Estado estava em poder de grupos que usavam a força para evitar que a sociedade se organizasse na defesa de seus interesses, e que direitos muito básicos, como o direito à vida, estavam ameaçados pelo próprio Estado. Não havia possibilidade de discordar do governo sem colocar em risco sua própria integridade física. Sob o regime autoritário, muitos foram exilados, torturados, mortos ou desapareceram.

A resistência dos movimentos populares, em diversas frentes, foi crucial para que a democracia fosse restaurada. Estivemos juntos, apoiando as lutas sindicais do início da década de 1980. Movimentos importantes, que, junto com outras forças democráticas e populares, deram origem a Central Única dos Trabalhadores e ao Partido dos Trabalhadores. Participei ativamente da construção do PT, pois era imprescindível que as forças populares e progressistas se organizassem num partido político a fim de levar adiante as mudanças estruturais que a sociedade brasileira clamava.

Com algumas das maiores mobilizações da história do país, conquistamos as Diretas em 1984 e a Constituição Federal de 88, que reconheceu e cunhou, na forma da Lei, boa parte dos direitos pelos quais tanto lutamos.

Desde então, na construção de nossa jovem democracia, vimos travando novas lutas pela implementação destes direitos, para que eles se tornem realidade para a população brasileira, em toda a sua diversidade. E seguimos lutando para que se realize o

compromisso de o Estado prover serviços básicos e criar políticas públicas para os diversos segmentos sociais.

Ao longo das últimas décadas, diversos segmentos sociais foram se organizando e ganhando identidade política, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), sucessor das Ligas Camponesas na luta pela terra; das organizações trabalhistas que se consolidaram no campo e na cidade; das organizações indígenas e quilombolas; dos movimentos anti-racismo, pelos direitos dos afrodescendentes e pela valorização da afrodescendência como valor cultural do Brasil; dos movimentos de mulheres; dos movimentos pela diversidade de gênero; entre outros.

## NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA, AS CONQUISTAS DOS GOVERNOS DO PT

Um marco importante desta luta do povo brasileiro foi a eleição do Lula para Presidente da República em 2002. Com sua capacidade extraordinária de unir diferentes setores sociais, iniciou-se a implementação de uma agenda de inclusão social, de respeito e de valorização da diversidade socioambiental brasileira. Desde então, o país tem vivido enormes avanços. Cito apenas alguns deles:

I) O Brasil alcançou um reconhecimento internacional como país protagonista da solidariedade entre as nações e entre os povos. Priorizando as relações Sul-Sul, temos sido coerente com o ideário da equidade e da justiça, em todas as frentes em que atua.

O Brasil tem sido fundamental na articulação de fóruns importantes como UNASUL, BRICS, Mercosul, G20, entre outros, onde se reúnem países que historicamente foram mantidos à margem das discussões multilaterais.

II) Estamos combatendo a POBREZA e a DESIGUALDADE com uma política massiva que é mundialmente reconhecida por seu vigor. Foram diversos prêmios internacionais e o Brasil tem exportado políticas de inclusão social, o que é um grande orgulho pra todos nós.

Ao mesmo tempo, o país alcançou, antes do previsto, boa parte dos Objetivos do Milênio acordados na ONU em 2000. É importante lembrar que o país, ao longo de cinco séculos, manteve parte expressiva da sua população em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade. Os números condizem com as dimensões continentais do país: 36 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza, e 42 milhões ascenderam à classe C, o quê significa uma expansão importante da classe trabalhadora com acesso a direitos trabalhistas e com maior poder de compra.

III) O combate à pobreza tem se concretizado com o empoderamento das MULHERES. Políticas públicas massivas, como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, contribuem decisivamente para a conquista da cidadania e da independência das mulheres: no caso do Bolsa Família, 93% das titulares do benefício são mulheres, e no caso do Minha Casa Minha Vida, 89% das moradias entregues são propriedade das mulheres.

IV) Temos trazido à visibilidade grupos que permaneceram à margem de todo reconhecimento social e político ao longo da história. É o caso dos povos da floresta, do campo e das águas: quilombolas, indígenas, pescadores, entre outros.

O Brasil, apesar das dificuldades, tem trilhado o caminho correto de reconhecer sua DIVERSIDADE como patrimônio e riqueza nacional, promovendo a convivência e combatendo o preconceito.

Organizamos as diversas conferências temáticas de abrangência nacional, que propiciaram o protagonismo político e a organização de pautas específicas de diversos segmentos sociais, como mulheres, indígenas, quilombolas, jovens, entre outros, além de trazer para dentro do Estado as demandas e o conhecimento setorial relativos a áreas como saúde, educação, cultura e esporte. São momentos significativos de diálogo com a sociedade, respeitando a diversidade e valorizando o protagonismo da sociedade civil na formulação de políticas públicas.

Construímos o Plano Nacional de Educação que consagra o respeito à diversidade de gênero, cultural e étnica. Através das políticas de cotas e outras ações afirmativas, ampliamos o acesso das populações afrodescendentes e indígenas às universidades.

V) Nossos governos têm investido em EDUCAÇÃO como nunca. Mais que dobramos o número de jovens no ensino superior. A expansão do ensino técnico e universitário está semeando as possibilidades de um país de economia diversificada, bons empregos e bons salários, e em sintonia com os desafios do futuro.

O orçamento federal para educação teve um aumento real de 218% ao longo dos governos Lula e Dilma.

Houve uma expansão e interiorização das universidades federais, com 18 novas universidades e 173 novos campi; um aumento de mais de 100% no número de universitários no país; enquanto programas como ProUni e FIES democratizaram o acesso ao ensino superior. Foram construídas 422 novas escolas técnicas em todo o país; e o número de matrículas foi multiplicado em mais de nove vezes em dez anos.

Outras políticas e instrumentos importantes criados nos governos Lula e Dilma visam garantir a melhora contínua da qualidade do ensino. É o caso do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, que garante curso superior aos educadores ainda sem graduação, e de instrumentos de avaliação, como Ideb (ensino básico) e Sinaes

(ensino superior), que permitem identificar e corrigir deficiências no sistema de ensino.

Para assegurar a continuidade deste esforço, o governo garantiu que parte os recursos do Pré-Sal serão aplicado em educação e saúde, demonstrando compromisso e responsabilidade com as futuras gerações. A educação gera, sobretudo, benefícios ao longo do tempo, pois os ganhos se acumulam e aumentam de uma geração para a seguinte. Tudo isso demonstra que os governos do PT assumem sua responsabilidade com a democracia intergeracional, investindo no futuro, e garantindo que as futuras gerações não sejam alijadas das riquezas de hoje.

VI) Avançamos muito no combate à POBREZA RURAL. As áreas rurais, ao longo dos séculos, abrigaram a miséria em sua expressão mais extrema. A reprodução das oligarquias e do grande capital através da concentração da terra permitiu e continua permitindo ganhos especulativos que afrontam a função social da terra – seja como base de um desenvolvimento equilibrado dos territórios rurais, seja para produção de alimentos e outros bens e serviços.

A concentração fundiária é também raiz de muitos dos dilemas urbanos que o país vive hoje. O longo processo de urbanização do país foi também o processo de expulsão da população pobre do campo, seja porque lhe foi negado o acesso à terra para trabalhar, seja porque lhes foram negadas as condições para sustentar a família com dignidade. Migrando para as cidades, a população empobrecida foi obrigada a morar em áreas periféricas, desprovidas de equipamentos e serviços públicos, muitas vezes em áreas ambientalmente sensíveis, como as áreas de mananciais. Isso significou milhares de moradias ilegais em áreas de mananciais e a consequente vitimização e criminalização desta população, que é injustamente responsabilizada pela degradação e poluição dos mananciais.

Este quadro começa a ser revertido. As diversas políticas implementadas de forma massiva pelos governos petistas têm mudado a realidade no campo, permitindo o acesso a equipamentos e serviços, e viabilizando a pequena produção através de um conjunto de políticas públicas.

Ao longo da última década, consolidamos e expandimos políticas que garantiram uma verdadeira inclusão produtiva.

O Pronaf, principal política de crédito à agricultura familiar, que atendia a 3.400 municípios no ano de 2000, chegou 98% dos municípios brasileiros em 2013. O montante de recursos passou de R\$3,3 bilhões na safra 1999/2000 para R\$20,7 bilhões na safra 2013/2014. O programa também foi sendo aprimorado e hoje contempla, em diversas linhas de financiamento, boa parte da diversidade da agricultura familiar do país.

O PAA, ao garantir a comercialização de parte da produção da agricultura familiar, complementa o Pronaf. Os recursos aplicados no programa passaram de R\$81 milhões em 2003, quando foi criado, para R\$573 milhões em 2014 (sem contar recursos de estados e municípios), contribuindo decisivamente para que os agricultores familiares planejem a produção, regularizem o fornecimento e garantam a qualidade dos alimentos produzidos.

Outras políticas mais recentes têm apontado para um futuro de maior diversificação e sustentabilidade na pequena agricultura, como é o caso dos programas de ATER, aquisição de sementes, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e o PRONATEC. Destaca-se, ainda, o Programa Luz Para Todos que beneficiou diretamente 15,5 milhões de moradores das zonas rurais de todo o país. A chegada da energia elétrica propiciou conforto para as famílias, e muito mais: vem permitindo que crianças e jovens realizem atividades escolares à noite, aumentando o leque de possibilidade para a vida profissional, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. Com energia elétrica em mais 3,2 milhões de residências ampliou-se o mercado consumidor para

eletrodomésticos e eletrônicos, o quê injetou quase 7 bilhões de reais na economia brasileira.

Mais recentemente, o Mais Médicos – que tem aprovação de 94% da população atendida – e o Minha Casa Minha Vida Rural tem melhorado de forma significativa a vida de comunidades rurais.

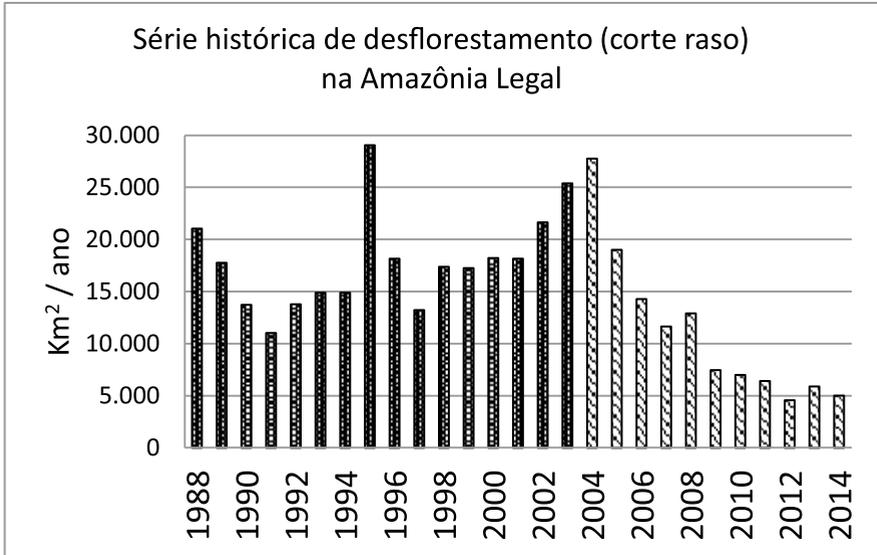
Tudo isso tem permitido uma perspectiva de vida digna nas áreas rurais, e tem incentivado não apenas a permanência, mas também a volta para o campo.

Assistimos a um reencantamento destes espaços, como lugar do bem viver, da relação com a natureza, da tranquilidade e da manutenção da diversidade cultural de cada região e de cada grupo social.

Ganha também a população da cidade, pois estes espaços fornecem água, alimentos diversificados e de qualidade, refúgio, ar puro e proteção da biodiversidade.

VII) A redução expressiva do DESMATAMENTO foi outra conquista importante porque contribui para a proteção da biodiversidade, para a sobrevivência de populações tradicionais e para a sustentabilidade da vida no planeta.

Em 2004 entrou em vigou o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm. Desde então, os dados mostram uma clara tendência de redução, como se vê no gráfico abaixo.



Dados: PRODES / INPE / MCTI.

VII) Os recursos federais têm sido importantes para a melhoria da qualidade de vida nas GRANDES CIDADES, com vultuosos investimentos em transportes públicos, incluindo metrô, e moradia que, além de favorecer usuários e beneficiários, vêm movimentando a economia e gerando centenas de milhares de empregos.

Pela primeira vez, temos um amplo programa de construção de moradia popular. Já foram entregues 1,7 milhões de unidades, e serão outras 1,7 milhões estão sendo construídas, propiciando estabilidade e dignidade para milhões de pessoas em todas as regiões do país. Boa parte do público atendido é de famílias que estavam em áreas de risco e em áreas ambientalmente sensíveis.

IX) Os governos Lula e Dilma colocaram novamente de pé o ESTADO BRASILEIRO, que estava em frangalhos quando o PT assumiu em 2003. Ter restaurado a capacidade estatal de fazer política pública e política econômica foi crucial para todos estes avanços.

Foi o quê permitiu que o país enfrentasse a crise econômica mundial deflagrada em 2008, sem lançar milhões de pessoas no desemprego e na miséria como vem acontecendo em outros países. Entre 2008 e 2014, a taxa de desemprego na Grécia passou de 6,6% para 24,8% e, na Espanha, de 9,7% para 22,3%. Em Portugal e na Irlanda esta taxa quase dobrou nestes seis anos, chegando a 12,5% e 10%, respectivamente. Grande parte da juventude, neste contexto, se vê sem perspectivas – é o grupo mais afetado pelos cortes na educação, pelo desemprego, pelo rebaixamento dos salários, e menos protegido pelos sistemas de seguridade social que vão sendo encolhidos.

Vale lembrar que esta crise que o mundo atravessa é a maior crise sistêmica da história do capitalismo.

Muitas outras conquistas têm sido alcançadas pela população brasileira através dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Eles colocaram o Estado para cumprir aquele que é o seu papel: diminuir as desigualdades criadas pela economia capitalista; fazer anteparos à sanha do lucro que não hesita em descartar seres humanos; garantir direitos e dignidade às populações menos favorecidas; e criar oportunidades para todos.

Ainda não concretizamos todos os aspectos da justiça social em sua plenitude e, por isso, seguimos lutando.

O Brasil, como todos os países, está integrado no sistema econômico internacional e por isso não está imune aos reflexos da grande crise econômica mundial que nos atinge, por exemplo, através da queda dos preços do petróleo e de outras commodities. Esta é uma oportunidade para repensar sua estratégia de desenvolvimento de forma a dar continuidade às conquistas que vimos construindo nos últimos anos, e ao mesmo tempo, responder aos desafios de um mundo sob crescente estresse climático e com sinais de esgotamento de recursos naturais.

A construção desta nova estratégia de desenvolvimento passa, necessariamente, pelos movimentos sociais que são a força da mudança em direção a um mundo mais justo e sustentável, como enfatizou o Papa Francisco, recentemente na Bolívia.

*“Vós, os mais humildes, os explorados, os pobres e excluídos, podeis e fazeis muito. Atrevo-me a dizer que o futuro da humanidade está, em grande medida, nas vossas mãos, na vossa capacidade de vos organizar e promover alternativas criativas na busca diária dos “3 T” (trabalho, tecto, terra), e também na vossa participação como protagonistas nos grandes processos de mudança nacionais, regionais e mundiais. (...) O futuro da humanidade não está unicamente nas mãos dos grandes dirigentes, das grandes potências e das elites. Está fundamentalmente nas mãos dos povos; na sua capacidade de se organizarem e também nas suas mãos que regem, com humildade e convicção, este processo de mudança.”*

## POR UMA AGENDA INCLUDENTE E SUSTENTÁVEL

As manifestações do Papa reforçam a crença em valores que sempre defendi ao longo de minha trajetória ao lado de povos tradicionais e movimentos sociais.

É muito significativo que a encíclica papal *Laudato Si'*, publicada em maio último, chame a atenção do mundo para a gravidade dos conflitos socioambientais que vivemos. O Santo Padre faz um apelo para que a humanidade tome consciência dos danos que vem causando ao planeta, nossa casa e nossa fonte de vida.

Com muita propriedade, o Papa está nos chamando a atenção de todos para o fato de que a agenda socioambiental não é uma agenda de um setor ou de grupos específicos. É uma agenda transversal e de todos aqueles que lutam por justiça.

Portanto, precisamos da colaboração de todos para construir esta estratégia de desenvolvimento baseada em relações efetivamente possíveis com o meio do qual dependemos, que supere o consumismo e que, ao mesmo tempo, atenda à grande demanda da população brasileira por QUALIDADE DE VIDA. Isso significa reconhecer que a satisfação pessoal mais duradoura está menos relacionada com o consumo, e mais com os ambientes saudáveis, com vínculos sociais em comunidades fortes, e com a ampliação das capacidades e das liberdades individuais.

Precisamos reconhecer que os problemas ambientais estão sendo agravados pelo aquecimento global – que já é uma realidade. Os cientistas têm estudado o aquecimento da superfície terrestre e dos oceanos, a extensão e o volume das calotas polares e a concentração de gases que causam o aquecimento na atmosfera. As mudanças observadas (entre outras evidências que compõem o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima) não deixam dúvidas de que o aquecimento do planeta está acontecendo de forma, e que este processo decorre das atividades humanas.

A elevação acelerada do nível do mar causada pelo aumento da temperatura dos oceanos e pelo derretimento do gelo terrestre pode causar o desaparecimento de ilhas inteiras e afetará gravemente as áreas litorâneas de todos os continentes. As estimativas científicas são de uma elevação média entre 30cm e 80 cm ao longo do século XXI. Para se ter uma ideia dos efeitos devastadores disso, algumas praias do Norte e do Nordeste brasileiros perderiam 100m se o mar se elevar em 50cm.

Os regimes de chuvas serão alterados em todo o planeta, causando mais enchentes e secas, além da salinização da foz de muitos rios. A

desertificação de extensas áreas na Ásia, África e América tornará impossível a agricultura e a presença humana.

As ciências têm alertado para o fato de que, em função de efeitos em cadeia, se o aumento da temperatura média global superara 4°C até 2100, a Terra entrará em um processo de aquecimento irreversível e com consequências imprevisíveis.

Os resultados dos esforços de redução de emissões de gases de efeito estufa a serem obtidos nas próximas décadas serão decisivos e, por isso, precisamos agir agora. Estas ameaças colocam em risco os recursos dos quais dependemos e afetam mais drasticamente os mais pobres.

Tenho a convicção de que o Brasil pode e deve avançar rumo a uma sociedade sustentável.. Priorizar os princípios da economia de baixo carbono e da economia verde, abre-nos uma nova vereda para gerar empregos, aumentar a renda e o bem estar da população. Segundo estes princípios, a economia se organizaria de maneira a reduzir ou zerar a emissão de gases de efeito estufa decorrente das atividades econômicas; reverter o consumismo e a crescente desigualdade; reverter as contaminações dos ecossistemas; e promover processos limpos de produção e consumo, evitando o agravamento daquilo que a ameaça ambiental em escala global: rompimento dos limites dos sistemas naturais que garantem as condições de vida no planeta.

No Brasil, temos um enorme potencial a explorar se concentrarmos esforços em projetos nacionais de educação, pesquisa e desenvolvimento, tendo em vista a produção de energia renovável, a eficiência energética, o tratamento do lixo, os sistemas de reuso de água. É necessária também a construção de projetos sólidos de ampliação de mercados como o turismo em áreas protegidas, mercados de produtos florestais não madeireiros (derivados do manejo sustentável de milhares de espécies nativas) como é o caso das indústrias químicas, farmacêuticas e cosméticas.

Engajarmos o país em uma transição para novos modelos de produção e consumo pode significar o passaporte pra um futuro decente e seguro para nossos filhos, netos e bisnetos.

Foi-se o tempo em que as questões ambientais eram apenas um conjunto de empecilhos e restrições. Isso ficou pra trás. Atualmente a agenda socioambiental é recheada de oportunidades econômicas que não podemos deixar escapar, ainda mais em um momento como este, em que o país enfrenta dificuldades para manter taxas de crescimento satisfatórias.

Em diversas áreas, o Brasil tem grande potencial para gerar empregos e qualidade de vida com sustentabilidade ambiental.

A) Precisamos avançar na democratização do acesso à terra e na articulação da agropecuária com os mercados locais e regionais.

Precisamos investir mais em iniciativas de aproveitamento mais eficiente dos recursos naturais, como é o caso do Programa Agricultura de Baixo Carbono que apoia a recuperação de pastagens degradadas e a integração lavoura-pecuária-floresta, e do Plano Nacional de Agroecologia.

Devemos superar o mito de que a elevação da produtividade e da produção só pode acontecer em monoculturas e com uso indiscriminado de agrotóxicos. Eliminar a fome não depende só da disponibilidade física de alimentos, mas de garantir o acesso a ele.

Por isso, o modelo de agricultura que queremos fortalecer e exportar não é este que concentra riquezas, mas um que distribua, e que aproxime consumidores de produtores, favorecendo uma alimentação mais saudável para todos.

B) Fomentar a cadeia da restauração florestal abre um potencial de geração de trabalho e renda com a recuperação de áreas degradadas e ativa um novo mercado de sementes, insumos, implementos e serviços.

Ao mesmo tempo, é fundamental para amenizar a crise hídrica sentida em todas as regiões do país.

Uma estratégia consistente e duradoura de proteção das florestas e da biodiversidade é necessária para criar e potencializar os mercados dos produtos da biodiversidade nas indústrias farmacêutica, alimentar, cosmética e química; na produção de fibras e novos materiais.

C) O setor de energia é crucial para o enfrentamento das mudanças climáticas. Precisamos diversificar muito mais nossa matriz energética, ampliando incentivos às cadeias de energia renovável, como a solar e eólica, que têm grande potencial de geração de empregos.

Ao mesmo tempo, aumentar drasticamente a eficiência energética no país, com destaque para o setor de transportes. Ainda desperdiçamos muita energia em congestionamentos, em motores e equipamentos obsoletos, ou deixando de adotar procedimentos e recursos disponíveis para sua economia.

Aqui, precisamos adotar tecnologias mais adequadas e sistemas de transporte mais condizentes com as distâncias continentais no interior do país e com a realidade das grandes cidades.

D) As políticas de mobilidade urbana devem reverter o atual modelo baseado no automóvel individual e estarem sintonizadas com um novo desenho urbano mais democrático e sustentável, a exemplo das ações que vem sendo implementadas na cidade de São Paulo pelo prefeito Fernando Haddad. É o caso das ciclovias e dos investimentos em transporte público, e também das políticas para melhor uso dos espaços públicos.

E) O déficit habitacional para os mais pobres tem sido combatido através do Minha Casa Minha Vida, mas precisamos avançar ainda mais. A luta por moradia decente faz parte da luta pelo direito à cidade. Os trabalhadores devem ter direito à moradia próxima do trabalho, e isto

pode ser viabilizado com base na valorização da noção de cidades compactas, enfrentando a especulação imobiliária que mantém áreas vazias nos centros urbanos. Precisamos de políticas públicas que distribuam áreas para moradia popular nas diversas regiões das cidades, propiciando o compartilhamento dos espaços e serviços urbanos no sentido de acabar com o apartheid social que é uma realidade velada em nossas cidades.

Portanto, é preciso, urgentemente, enfrentar a discussão sobre a função social da terra no campo e na cidade. Combater a especulação imobiliária, e criar uma política de tributação progressiva com força para mudar a dinâmica de preços dos imóveis.

F) Precisamos avançar na consolidação das áreas protegidas como afirmação de direitos e como estratégia de geração de trabalho e renda através da cadeia do turismo.

O Brasil é visto como um dos maiores destinos de turismo de natureza e cultura, e precisamos explorar este potencial. É preciso incentivar as cadeias de serviços ligados à cultura, pois temos uma grande riqueza, tanto nas cidades quanto nas áreas rurais, que é a nossa diversidade cultural.

Muitas outras áreas são importantes, mas não poderia deixar de sublinhar que o caminho rumo a uma economia de baixo verde é a garantia de bem estar para nosso povo.

Devemos, aos poucos, superar a tradição de exportadores de commodities de baixo valor agregado. Nosso rumo é o incremento das cadeias produtivas dentro do país, criando e fortalecendo mercados menos intensivos em recursos naturais e mais intensivos em conhecimento, ciência, e trabalho qualificado.

O mundo terá, durante a vigésima primeira Conferência do Clima que acontecerá em novembro em Paris, uma oportunidade crucial para

construir respostas mais sólidas ao grande desafio de enfrentar as mudanças climáticas e reverter a frequente submissão da política à economia, aos interesses econômicos e ao pensamento economicista.

O Brasil, neste contexto, tem um papel de liderança e protagonismo que lhes são naturais pela importância planetária de seus recursos e de sua megabiodiversidade. As metas apresentadas pelo Brasil na Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, que serão levadas à COP21 reafirmam este papel.

Fomos a primeira grande economia emergente a adotar uma meta absoluta para toda a economia, e as ambições brasileiras estão entre as mais altas apresentadas até aqui.

Seguimos trabalhando para que as nossas conquistas no sentido da redução das emissões de gases de efeito estufa sejam ainda mais amplas e aceleradas.

Sabemos que os países considerados menos desenvolvidos (e as regiões dentro de cada país), continuam a alimentar o progresso de grandes corporações transnacionais. Um progresso que é, na verdade, a apropriação – por pequenos grupos – de riquezas que deveriam ser partilhadas de forma mais igualitária.

As riquezas naturais e os serviços prestados pelos ecossistemas continuam sendo submetidos à lógica da expropriação, do imediatismo e da concentração. A pauta socioambiental, portanto, nobres colegas, não é uma pauta de grupos excêntricos, mas é uma pauta essencialmente política, de luta por direitos, justiça e dignidade para todos.

Esta é a perspectiva de desenvolvimento por que seguimos lutando: um Brasil mais justo e sustentável.

Nilto Tatto



## Brasília

Câmara dos Deputados  
anexo III gab. 267 Pça. dos Três Poderes  
CEP 70160-900 Brasília - DF  
Fone: 61 3215-3267 / 3215-5267



## São Paulo

Rua Rego Freitas, 454  
9º andar - conj. 93 - Vila Buarque  
CEP: 01220-010 São Paulo - SP  
Fone: 11 3129-7492

 [facebook.com/niltotattosp](https://facebook.com/niltotattosp)  
 [dep.niltotatto@camara.leg.br](mailto:dep.niltotatto@camara.leg.br)  
 [www.niltotatto.com.br](http://www.niltotatto.com.br)

